

## Os povos indígenas e tradicionais nas teses e dissertações na Amazônia Legal: questões de educação, direito e formação de professores(as)

### Resumo

Neste trabalho, tratamos da questão: como os povos indígenas e populações tradicionais são abordados nas teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, no âmbito da Amazônia Legal. É uma pesquisa sobre o Estado de Conhecimento, de cunho qualitativo, que trabalhou com uma amostra de 70 trabalhos. O período analisado é de 2010-2022. O artigo é produto da “Pesquisa em Educação na Amazônia: história, política, formação de professores e diversidade cultural”, que integra o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) e que busca compreender e identificar como se configura a educação na Amazônia em seus contextos histórico e político, bem como as dimensões da formação de professores e sua relação com a diversidade cultural. Na amostra, identificamos nas teses e dissertações um crescente interesse em pesquisas – especialmente nos últimos anos – em conhecer melhor as questões indígenas e de populações tradicionais, no que trata da compreensão dessas culturas, saberes, resistências e formação de professores(as) específicos. Embora ainda incipientes, as pesquisas analisadas neste artigo permitem que levantemos a hipótese de que esse interesse é resultante da maior presença de professores indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros sujeitos, nos cursos de pós-graduação, que vêm transformando, mesmo que ainda lentamente, os espaços da produção do conhecimento, despertando o interesse dos programas e desafiando as universidades a repensarem o campo de formação de professores especialmente nas Amazônias, de forma a construir um melhor diálogo com outras culturas e saberes, provocando fraturas nas visões colonizadoras presentes na região.

**Palavras-chave:** povos indígenas e populações tradicionais; teses e dissertações; Amazônia Legal; direito à sociobiodiversidade; formação de professores(as); estado do conhecimento.

### Para citar este artigo:

CAMARGO, Leila Maria; SILVA, Jonilde Lima da; TARGINO, Emerson Daniel. Os povos indígenas e tradicionais nas teses e dissertações na Amazônia Legal: questões de educação, direito e formação de professores(as). *Revista Linhos*. Florianópolis, v. 25, n. 58, p. 280-308, maio/ago. 2024.

**DOI:** 10.5965/1984723825582024280

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723825582024280>

### Leila Maria Camargo

Universidade Estadual de Roraima –  
UERR – Boa Vista/RR –  
Brasil  
apolium522@hotmail.com

### Jonilde Lima da Silva

Prefeitura Municipal de Boa Vista –  
Boa Vista/RR – Brasil  
prof.limadasilva@gmail.com

### Emerson Daniel Targino

Prefeitura de Manaus – Manaus/AM  
– Brasil  
emersontargino2011@gmail.com

## Indigenous and traditional people in theses and dissertations in the Legal Amazon: issues of education, law and teacher training

### Abstract

In the work, we address the issue: how indigenous peoples and traditional populations are addressed in theses and dissertations produced in stricto sensu postgraduate programs, within the scope of the Legal Amazon. It is a research on the State of Knowledge, of a qualitative nature, which worked with a sample of 70 works. The period analyzed is 2010-2022. The article is a product of "Research in Education in the Amazon: history, politics, teacher training and cultural diversity", which is part of the National Academic Cooperation Program (Procad) and which seeks to understand and identify how education in the Amazon is configured in its contexts. Historical and political contexts, as well as the dimensions of teacher training and its relationship with cultural diversity. In the sample, we identified in theses and dissertations a growing interest in research - especially in recent years - in better understanding indigenous issues and traditional populations, in terms of better understanding these cultures, knowledge, resistance and training of specific teachers. Although still incipient, the research analyzed in this article allows us to raise the hypothesis that this interest is the result of the greater presence of indigenous, quilombola, riverside teachers, among other subjects, in postgraduate courses, which has been transforming, even though still slowly, the spaces of knowledge production, awakening the interest of programs and challenging universities to rethink the field of teacher training, especially in the Amazon, in order to build a better dialogue with other cultures and knowledge, causing fractures in the present colonizing views in the region.

**Keywords:** indigenous people and traditional populations; theses and dissertations; Legal Amazon; right to socio-biodiversity; teacher training; state of knowledge.

## Pueblos indígenas y tradicionales en tesis y disertaciones en la Amazonía Jurídica: temas de educación, derecho y formación docente

### Resumen

En el trabajo abordamos el tema: cómo los pueblos indígenas y poblaciones tradicionales son abordados en tesis y disertaciones producidas en programas de posgrado estricto sensu, en el ámbito de la Amazonía Legal. Se trata de una investigación sobre el Estado del Conocimiento, de carácter cualitativo, que se trabajó con una muestra de 70 trabajos. El periodo analizado es 2010-2022. El artículo es producto de la "Investigación en Educación en la Amazonía: historia, política, formación docente y diversidad cultural", que forma parte del Programa Nacional de Cooperación Académica (Procad) y que busca comprender e identificar cómo es la educación en la Amazonía. Configurado en sus contextos históricos y políticos, así como las dimensiones de la formación docente y su relación con la diversidad cultural. En la muestra, identificamos en tesis y disertaciones un interés creciente en la investigación - especialmente en los últimos años - en una mejor comprensión de las cuestiones indígenas y de las poblaciones tradicionales, en términos de comprensión de estas culturas, conocimientos, resistencias y formación de docentes específicos. Aunque todavía incipiente, la investigación analizada en este artículo permite plantear la hipótesis de que este interés es resultado de la mayor presencia de profesores indígenas, quilombolas, ribereños, entre otras materias, en los cursos de posgrado, que se ha ido transformando, aunque todavía poco a poco, los espacios de producción de conocimientos, despertando el interés de los programas y desafiando a las universidades a repensar el campo de la formación docente, especialmente en la Amazonía, con el fin de construir un mejor diálogo con otras culturas y saberes, provocando fracturas en las actuales visiones colonizadoras en la región.

**Palabras clave:** pueblos indígenas y poblaciones tradicionales; tesis y disertaciones; Amazonía Legal; derecho a la diversidad cultural y formación docente; estado del conocimiento.

## Introdução

Este trabalho atendeu à chamada temática do dossiê: “O campo da formação de professores nas Amazôniaas brasileiras: aproximações, tensões e desafios para a educação superior”. No artigo, procuramos discutir o campo de formação de professores nas Amazôniaas<sup>1</sup> brasileiras, analisando como os povos indígenas e as populações tradicionais são abordados nas teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, no campo da educação e formação, no âmbito da Amazônia Legal. Trata-se de uma pesquisa do Estado do Conhecimento, de cunho crítico-analítico, que procura analisar como os povos indígenas e populações tradicionais aparecem nas teses e dissertações produzidas no âmbito da Amazônia Legal. O recorte temporal em análise é o período de 2010-2022.

Nosso objetivo foi conhecer os avanços, considerando os direitos educacionais desses povos à diversidade cultural (Camargo *et al.*, 2022; Figueiredo; Camargo; Hage, 2022). E, como pano de fundo, procuramos compreender como se configura a educação na Amazônia em relação aos processos formativos de professores, considerando a diversidade cultural existente e presente nas salas de aula.

A discussão se justifica pela razão de que, historicamente, os povos indígenas, em particular, foram desumanizados pelas políticas coloniais e colonizadoras, que impuseram na região um padrão de educação colonial dito “civilizador”, mas que na verdade apenas serviu para subjugar, estigmatizar e criminalizar as culturas e pertencimentos desses povos, com fins de dominação cultural (Bergamaschi; Leite, 2010). A dominação cultural está atrelada aos projetos de colonização.

Compreendemos que o debate é urgente para que possamos combater essas práticas de supremacismo cultural do colonizador, ainda hegemônicas na educação, que é responsável pelo racismo, pelas visões estigmatizadas e estereotipadas que estão cristalizadas no imaginário social a respeito das populações indígenas ribeirinhos, assentados, trabalhadores do campo, seringueiros, quilombolas, quebradeiras de coco, entre outros. Só assim, poderemos enfrentar os projetos autoritários de monocultura das

---

<sup>1</sup> O uso do termo no plural procura desmistificar a ideia de uma região homogênea, conforme mitos propagados. É uma região complexa e diversificada. Como observou Porto-Gonçalves (2001, p. 9): “A Amazônia é, sobretudo, diversidade. Em um hectare de floresta existem inúmeras espécies que não se repetem, em sua maior parte, no hectare vizinho”.

mentes e da natureza que avançam sobre a região, destruindo a diversidade em todas as suas formas e dimensões (Camargo; Casali, 2020; Camargo *et al.*, 2022; Torres Santomé, 2013).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) reconheceram, em 2021, a diversidade cultural como um patrimônio da humanidade e sua importância para a sobrevivência da própria civilização humana. Foi a partir dos saberes da sociobiodiversidade que o ser humano realizou a revolução agrícola que permitiu, desde então, saltos qualitativos e quantitativos no campo dos conhecimentos (Matias, 2006).

O trabalho está assim organizado para além desta introdução: em um primeiro tópico, procuramos contextualizar a Amazônia legal, fazendo as primeiras aproximações com a temática: Amazônia, diversidade, conhecimento humano e cultura. Em um segundo tópico, sinteticamente, discutimos a desmistificação de mitos produzidos, especialmente sobre os povos indígenas, analisando as descobertas feitas por pesquisas nos campos da antropologia, arqueologia amazônica e da Ecologia Política, de que os povos classificados pelas narrativas eurocêntricas e coloniais, como “sem história”, na verdade são povos com ricas histórias e saberes e que os oferecem outras possibilidades de estar no mundo, para além do modelo hegemônico colonizador. Em um terceiro tópico, apresentamos a pesquisa do Estado de Conhecimento, trazendo os dados para análise. E, por fim, discutimos as tensões e desafios para a educação superior e a formação de professores (as) nas Amazônias.

## 1 Amazônia, diversidade, conhecimento humano e cultura: aproximações

A Amazônia Legal<sup>2</sup> engloba oito estados brasileiros, incluindo os sete da região Norte: Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e o estado do Mato Grosso e parte do Maranhão. Representa cerca de 60% do território brasileiro. De acordo com o Censo Demográfico de 2022, a população da Amazônia Legal saltou de 24.310.800 para 27.783.584 (IBGE, 2023). É uma população marcada pela diversidade de povos.

---

<sup>2</sup> A divisão política e o termo Amazônia Legal foram instituídos em 1953, visando o planejamento e o desenvolvimento econômico da região.

Nela, encontramos 51% do total da população indígena do país, mais de 200 povos indígenas, falantes de mais de uma centena de línguas. Vivem nela, também, 426.449 pessoas que se reconhecem como quilombolas, o que representa 1,6% da população dessa região e quase um terço (32,1%) dos quilombolas do país. Embora nos territórios amazônicos, haja presença representativa de: seringueiros, ribeirinhos, pescadores, extrativistas, trabalhadores do campo, quebradeiras de coco, entre outros, esses sujeitos não foram captados pelo Censo realizado em 2022.

Quando se trata das Amazônias, há ainda muito a conhecer e se fazer. Razão essa que faz uma das mais respeitadas pesquisadoras no campo da biologia afirmar:

É curioso que um país dê pouca ou nenhuma importância para quase 60% de seu território. A maior parte de seus habitantes jamais visita essa parte do país, nunca frequenta suas paradisíacas praias na beira dos mais esplêndidos rios do planeta. São incapazes de citar o nome de uma árvore típica da região ou de dizer uma palavra em uma das mais de cem línguas faladas por lá (Bensusan, 2023, p. 7).

Acrescenta Bensusan (2023), ao discutir o significado da Amazônia para todos(as) nós, que, se não dermos a importância e o cuidado necessários para a Amazônia, estaremos antecipando e, em muito, a sua destruição e, por consequência, trazendo riscos para o planeta como um todo.

Curiosamente, essa parte do país é também a maior floresta tropical do mundo e a maior bacia hidrográfica do planeta. Lar de centenas de povos indígenas e de comunidades locais que usam, geram e mantêm a exuberância dessa floresta, a Amazônia é um pilar frágil da estabilidade climática do planeta. [...]. Sem a Amazônia caminharemos bem mais rápido para a transformação desse planeta, ainda convidativo para nossa espécie, em um mundo profundamente hostil (Bensusan, 2023, p. 7).

Os saberes da sociobiodiversidade são estratégicos e essenciais para manutenção da vida na região e no planeta como um todo. São saberes fruto da interrelação dos povos originários e populações tradicionais com os ecossistemas presentes nos territórios amazônicos. São encontrados não apenas na diversidade de línguas, crenças e religiões, mas também nas práticas de manejo de solo, expressões artísticas, tipos de alimentação e diversos outros atributos humanos, que também são considerados

componentes da biodiversidade, na relação e influências que se dão entre os ambientes físicos e cultural (Albagli, 2005).

Esses saberes essenciais para o equilíbrio ambiental não apenas da região mas, do planeta como um todo, se encontram em risco. Albagli (2005, p.17) afirma que:

[...] sob a perspectiva ecológica, quanto maior a simplificação dos sistemas, maior sua fragilidade. A biodiversidade oferece também condições para que a própria humanidade se adapte às mudanças operadas sem seus meios físicos e social e disponha de recursos que atendam às suas novas demandas e padrões. Historicamente, as áreas de aproveitamento de recursos genéticos e biológico são inúmeras, destacando-se a alimentação, a agricultura e a medicina, dentre outras aplicações (Albagli, 2005, p. 17).

O campo de estudos da Ecologia Política<sup>3</sup> tem comprovado que essa riqueza é produto de séculos da interação histórica humana de povos indígenas e populações tradicionais com esses ecossistemas amazônicos (Diegues, 2008). Desconsiderar ou ignorar essas questões constituiu-se num erro, uma vez que, não se trata apenas de uma questão ecológica, que é relevante e fundamental para o equilíbrio ambiental e para a reprodução da vida. Mas, também, por ser preciosa fonte de informação estratégica para os campos da biotecnologia e engenharia genética (Santos, 1994; Rifkin, 1998, Shiva, 2001; Bensusan, 2023). Não sem razão, a sociobiodiversidade é hoje uma questão geopolítica, geoeconômica e geocultural em um jogo de disputas de forças para controle e posse dos recursos presentes nestes territórios (Albagli, 2005; Martinez-Alier, 2006).

Bensusan (2023, p. 7), tem alertado para o fato de que a diversidade amazônica não é regra, é exceção. A regra, de acordo com ela, “é o deserto, o parco e o pouco” e

---

<sup>3</sup> A ecologia política é um campo de estudo recente e em construção, que surge para examinar os conflitos ecológicos distributivos, os quais são entendidos por essa corrente de estudo como os conflitos pelos recursos ou serviços ambientais, comercializáveis ou não. Esse campo tem sua origem nos anos de 1970 quando as questões sobre a interação homem-natureza entram no centro do debate acadêmico e tornam-se objeto de estudo. É um campo que tem origem nos estudos de caso feitos pela geografia, sociologia e antropologia rurais, a partir dos anos 80 e de uma nova percepção a respeito das práticas agrícolas de sociedades camponesas, indígenas, entre outras. Estuda e analisa a crise ambiental e os conflitos suscitados nas regiões socialmente desiguais, principais atores envolvidos em conflitos socioambientais. Ela busca explicar os conflitos e mudanças ambientais locais como decorrentes de processos produtivos globais e da interação de diferentes atores sociais dotados de capacidades desiguais de poder e de decisão (Martinez-Alier, 2006).



que ao mesmo tempo em que é rica em diversidade, é também frágil, visto que são ecossistemas interligados.

## 2 De povos “sem história” a povos com histórias e saberes confirmados pela arqueologia e antropologia amazônicas

Embora os relatos a respeito da Amazônia, nos séculos XVI e XVII, tenham mencionado a existência de grandes assentamentos e milhares de pessoas vivendo às margens do Rio Amazonas (Bensusan, 2020), a história posterior, reproduzida hegemonicamente sobre os povos da região, ocultou essas informações. Os povos originários da região foram descritos como “sem história”. O termo foi utilizado pelos colonizadores europeus para negar o direito desses povos às suas histórias e memórias (Wolf, 2005). Com o avanço da arqueologia amazônica, as falácias sobre “os povos sem história” começam a ser desmistificadas e revistas historicamente.

O volume de dados produzidos a respeito dessa questão evidencia que as narrativas da floresta, virgem e intocada; de espaços desabitados e “sem gente”; da Amazônia como almoxarife do mundo, não se sustentam. Posey (2003), Leonel (2000), Albert (2002), Martinez-Alier (2007) e Diegues (2008), entre muitos outros, têm comprovado que a diversidade sociobiocultural amazônica é produto histórico da atividade humana nesses territórios.

Leonel (2000, p. 321) destaca que “Os lugares mais preservados, florestas e rios, ainda coincidem com espaços interiores ocupados por índios e outras culturas tradicionais”. Esses estudos desmoronam, também, as falácias produzidas de que as sociedades dos países ricos em biodiversidade seriam por demais pobres para serem verdes e ecológicos e de que os países ricos seriam menos poluidores e destruidores do meio ambiente, trazendo novas lentes para analisar a questão.

Bensusan (2003, p. 31) afirma que:

A distribuição de espécies vegetais manejadas pelos povos indígenas, como exemplo, as castanheiras, ajudou a fornecer indícios que conduziram à identificação dos primeiros sítios arqueológicos. Essas árvores de grande porte, com poucos dispersores de sementes, para além dos humanos, estão frequentemente presentes nas cercanias dos

sítios arqueológicos, em uma disposição derivada de um manejo indígena no passado.

[...] Ao olhar para a Amazônia por entre as lentes desse novo cristal, que deplora o preconceito, e abre os olhos para a riqueza e a pluralidade de culturas e modos de vida dos povos originários, foi possível identificar inúmeras espécies vegetais de uso e manejo dos indígenas, muitas delas domésticas ou semidomesticadas - ainda possivelmente as relações entre os indígenas e as plantas tenham outro caráter que não combina e não cabe no termo “domesticação”. Derivou-se daí também a profusão de sítios arqueológicos recentemente identificados, a maioria deles com solos modificados, solos formados pela ocupação passada dessas áreas, as terras pretas de índio.

Todos esses acervos de saberes, classificados de tradicionais pela literatura, oferecido pelas populações originárias e outros povos amazônicos, estão postos para o diálogo com outras culturas e saberes. Como observou Porto-Gonçalves (2005, p. 90):

Há um acervo de complexos conhecimentos inscritos nas práticas medicinais, em remédios, em domesticação de plantas e animais no meio da floresta; na culinária, em plantas, em plantas aromáticas e cosméticas, além de uma estética, de complexos códigos para se relacionar com o desconhecido, com o misterioso, por meio de suas cosmogonias e religiosidades em que, quase sempre, por todo lado, tudo se relaciona com tudo, num holismo que vê a caça e a água fugindo, quando a floresta é queimada e, com isso, vê fugirem seus espíritos.

As Amazônias são territórios da riqueza da inventividade humana. Podemos encontrar na região uma multiplicidade dos modos de vida, formas de organizações complexas, diversificadas e epistemologias riquíssimas (Albert,2002; Bensusan,2023). Os estudos antropológicos têm nos oferecidos uma série de acervos a respeito da existência de milhares de maneiras de viver a condição humana e a região amazônica e seus povos representam um desses exemplos, e, tem nos ensinado nos ensina que “o conhecimento (antropológico) da nossa cultura passa inevitavelmente pelo conhecimento das outras culturas; e devemos especialmente reconhecer que somos uma cultura possível entre tantas outras, mas não a única”. (Laplantine 2012, p. 21).

Todavia, a visão monocultural de mundo, imposta pelo projeto colonial eurocêntrico tem impedido de ter essa compreensão; de entendermos a diversidade



como suporte da vida e do seu valor para a própria sobrevivência da espécie humana. Cruz Prado (2002, p. 31) observa que, por causa desse modelo civilizatório atual, “rompemos o equilíbrio natural e, se não o recuperarmos com urgência, devemos nos ater as suas consequências; estamos jogando com a sobrevivência de nossa espécie”. A crise desse modelo, apontada a partir da Conferência de Estocolmo, nos anos de 1960-70, coloca a urgência de romper com essa visão baseada na monocultura das mentes e da simplificação da vida, que induz a crise da Falta de Alternativas -FALAL (Shiva, 2003), como se estivéssemos condenados a uma única possibilidade e modo de existência.

As Amazônias são sinônimo de diversidade e alteridade. “Habitar esses espaços é um desafio à inteligência, à convivência com a diversidade” como já mencionou Porto-Gonçalves (2005, p. 90), embora tenhamos sido “educados” a pensar historicamente, a “enxergar” a diversidade de existências e da natureza, como um problema, uma etapa da história a ser superada em detrimento dos projetos coloniais e de colonialidades implantados na região baseados na visão única do colonizador. Como observou Quijano (2010, p. 85):

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo com pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meio e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal. Origina-se, mundializa-se a partir da América.

A colonialidade foi responsável pela desvalorização e destruição de muitos saberes das populações indígenas e tradicionais; pela produção de estigmas sociais, de visões estereotipadas a respeito do Outro não europeu e do racismo que incide sobre os sujeitos da região. Esse projeto colonizador e suas ideologias supremacistas se cristalizaram no imaginário social, causaram despertencimentos, destruições identitárias, culturais e sociais.

### 3 Como os povos das Amazônias são tratados nas teses e dissertações

Por muito tempo, os currículos e a formação de professores(as), no caso específico da região amazônica, estiveram atrelados a uma visão monocultural e monolinguística e a serviço dos projetos e das ideologias coloniais e colonizadoras.

Muitas gerações de estudantes amazônicos tiveram que abandonar suas identidades culturais e pertencimentos para serem escolarizados. Está imposição vem enfrentando resistências por meio das lutas e reivindicações dos povos indígenas e tradicionais que reivindicam o direito de serem escolarizados sem ter que abandonar seus pertencimentos, identidades, culturas e saberes. A Constituição de 1988 foi um avanço neste sentido e reconheceu esse direito a pluralidade cultural.

No que trata aos territórios da educação superior e das pesquisas na região esse embate também vem ocorrendo, em especial com a chegada de indígenas e outros sujeitos que até então não tinham acesso a pós-graduação. É neste sentido, que nossas pesquisas têm procurado compreender as mudanças que ocorrem neste campo e verificar como a diversidade vem ocupando espaço de discussão nas pesquisas e produções curriculares.

Está é, portanto, uma das razões que nos propusemos a responder à questão “Como os povos indígenas e populações tradicionais são abordados nas teses e dissertações, produzidas nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, no âmbito da Amazônia Legal?”. O que podemos identificar a respeito deste debate no campo de formação e professores(as)?

A metodologia utilizada foi a do Estado do Conhecimento, proposta por Morosine; Kohls-Santos; Bittencourt (2021, p. 25) que a definem como:

Estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica.

Por meio dessa metodologia, procuramos compreender, identificar, registrar e categorizar como os povos indígenas e populações tradicionais são abordados nas teses e dissertações, produzidas nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, no âmbito da Amazônia Legal, no período de 2010-2022. E, assim, contribuir com a produção de um panorama atualizado fornecendo subsídios para a identificação de lacunas de

conhecimento e para o fomento de novas pesquisas que possam contribuir para ter uma visão mais ampla a respeito da questão.

Também buscamos cumprir com um dos objetivos elencados pelo projeto do Procad Amazônia, que busca verificar como se configura a educação na Amazônia nos aspectos históricos, políticos, processos formativos de professores e da diversidade cultural. E, em particular, com uma das questões norteadoras do projeto que busca compreender de que forma as diversidades culturais, territoriais, ambientais e produtivas se inserem nos sistemas e processos educativos. Acreditamos que nosso trabalho pode fornecer alguns elementos para reflexão neste sentido.

A pesquisa foi dividida em etapas. Inicialmente, fizemos um levantamento nos bancos de dados da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), para identificar teses e dissertações que tratassem da temática em questão. Utilizamos os seguintes descritores de busca: "indígenas, ribeirinhos, seringueiros, extrativistas, quebradeiras de coco, quilombolas, povos das águas e das florestas, formação e Amazônia". Por meio deles, procuramos captar a diversidade e a presença dos povos indígenas e populações tradicionais (povos das Amazônias) presentes nas teses e dissertações pesquisadas, considerando as especificidades culturais e socioambientais.

Também buscamos dados nos próprios sites das instituições que oferecem cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* na região da Amazônia Legal, tais como: UFAC (Universidade Federal do Acre), UFAM (Universidade Federal do Amazonas), UEA (Universidade do Estado do Amazonas), UNIFAP (Universidade Federal do Amapá), UEPA (Universidade do Estado do Pará), UFOPA (Universidade Federal do Oeste do Pará), UFPA (Universidade Federal do Pará), UNIR (Universidade Federal de Rondônia), UERR (Universidade Estadual de Roraima), UFT (Universidade Federal do Tocantins), UNEMAT (Universidade do Estado de Mato Grosso), UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso), UFMA (Universidade Federal do Maranhão) e UFRR (Universidade Federal de Roraima). A busca direta nos sites dessas instituições nos permitiu encontrar pesquisas específicas realizadas por docentes, pesquisadores e estudantes de pós-graduação, relacionadas à formação de professores e focadas nas populações mencionadas anteriormente.

Essa etapa também foi importante para identificarmos as pesquisas que, porventura, não estivessem cadastradas nos bancos de dados da CAPES, ampliando assim o espectro da amostra. Na primeira busca, de um total de 2819 teses e dissertações produzidas no período de 2010-2019<sup>4</sup>, foram encontradas 70 pesquisas que tratam da temática ou fazem algum debate sobre elas, representando 2,52% do total. Todavia, muitos desses trabalhos que apareceram nos descritores, não tratavam da questão procurada, visto que traziam a Amazônia e seus povos apenas como ilustração ou pré-texto. Quando lidos os resumos e os objetivos, verificamos que os trabalhos não tratavam do nosso foco e, portanto, esse foi um dos critérios utilizados para exclusão. No corte realizado, restaram apenas 17 trabalhos em que os povos indígenas e populações tradicionais são tratados como texto.

No levantamento de dados desse período, que abrangeu o período de 2010-2019, encontramos três teses e 14 dissertações, produzidas nas universidades do Acre, Amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso relacionadas à questão e aos descritores procurados. Destas, cinco tratam sobre a Amazônia seis sobre a questão indígena, três sobre quilombolas, duas sobre formação relacionada a temática, e uma sobre ribeirinhos. Decidimos por ampliar a amostra para mais três anos (2020 a 2023) e, encontramos 71 trabalhos, sendo sete teses e 64 dissertações, em 14 universidades públicas das Amazônia que oferecerem cursos de Pós-Graduação em Educação. No corte realizado para inclusão, restaram 53 trabalhos.

Desse modo, nossa amostra aqui analisada é composta por 70 trabalhos produzidos no período de 2010 a 2022, que atendem aos critérios de inclusão. Os trabalhos foram classificados e organizados em cinco categorias: Amazônia, Indígenas, Ribeirinhos, Povos do Campo, Quilombolas, considerando a formação de professores (as). O quadro 1 apresenta uma síntese por ano.

---

<sup>4</sup> Os dados de 2010 a 2019 foram coletados pela equipe de pesquisa liderada pela professora Arlete Maria Monte de Camargo, sobre o campo de formação de professores (as) no contexto Amazônico, cuja equipe fazemos parte. O Projeto sobre a constituição do campo científico sobre formação de professores no contexto amazônico na Pós-

Graduação em Educação, está vinculado ao “Pesquisa em educação na Amazônia: história, política, formação de professores e diversidade cultural” vinculado ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (Procad Amazônia) que reúne as seguintes instituições universitárias: Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Federal do Pará (UFPA) Universidade do Estado de Roraima (UERR).

Quadro 1 - Síntese dos dados – teses e dissertação 2020-2022

Base para busca/ repositório	Levantamento de teses e dissertações sobre formação de professores nos programas da Amazônia Brasileira
Descritores de busca/ termos pesquisados	Ribeirinhos, seringueiros, extrativistas, quebradeiras de coco, quilombolas, povos das águas e das florestas; indígenas formação, Amazônia
Crítérios de busca/ filtros	Nome da produção/título Nome da Região (Norte) ou por estado (sigla do estado)
Trabalhos encontrados por ano	<b>2010:</b> 03 <b>2011:</b> 01 <b>2012:</b> 0 <b>2013:</b> 01 <b>2014:</b> 01 <b>2015:</b> 03 <b>2016:</b> 0 <b>2017:</b> 0 <b>2018:</b> 03 <b>2019:</b> 05 <b>2020:</b> 37 <b>2021:</b> 08 <b>2022:</b> 08 <b>Total:</b> 70
Teses	09
Dissertações	61
	Títulos encontrados
Amazônia	22
Ribeirinhos	06
Quilombolas	09
Indígenas	25
Povos do Campo	08

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

No que trata a temática **Amazônia**, foram identificados 17 trabalhos, sendo três teses e quatorze dissertações. A maioria delas produzidas nos programas de Pós-Graduação das Universidades Federais e estadual do Pará, conforme pode ser visto no quadro 2, que segue.

Quadro 2 - Amazônia

Descritores de busca/ termos pesquisados: Amazônia					
UF/IES	Ano	Me	Do	Tema	Autor
1-Pará UEPA	2010	X		A formação continuada de professores para o fortalecimento dos direitos dos povos do campo à educação: uma análise da experiência do programa saberes da terra da Amazônia paraense	Darinêz Lima Conceição
2-Pará UFOPA	2018	X		Formação inicial de professores na UFOPA: da cultura maker a fazedores amazônicos sustentáveis	Adriane Panduro Gama
3-Pará UFOPA	2019	X		O desenvolvimento profissional docente em uma comunidade acadêmica colaborativa: uma análise do grupo de estudo e pesquisa formação de professores na Amazônia paraense - FORMAZON/UFOPA	Alessandra Neves Silva
4-Pará UFOPA	2019	X		Análise interpretativa de percepções sobre o uso da LESSON STUDY na formação inicial e contínua de professores de inglês na Amazônia	Mauro Marinho Da Silva
5-Amapá UNIFAP	2020	X		Culturas infantis e a documentação pedagógica: saberes culturais regionais das crianças da Amazônia amapaense	Maria Carolina Henrique Marques
6-Amapá UNIFAP	2020	X		Base nacional comum curricular na Amazônia amapaense: (im)possibilidades e desafios na concepção de professores de laranjal do Jari	Judinete do Socorro Alves de Souza
7-Pará UEPA	2020	X		Saber-fazer das/os Erveiras/os no Ver-o-Peso: contribuições à educação intercultural na Amazônia	Louise Rodrigues Campos
8-Pará UEPA	2020	X		Educação e memória na Amazônia a partir do olhar de Miguel dos santos prazeres, de Benedicto monteiro	Cristina Dias Nogueira
9-Pará UEPA	2020	X		A educação ambiental na Amazônia: um estudo da experiência do grupo ambiental de Fortalezinha (Gaf)	Adriele de Fatima de Lima Barbosa
10-Pará UFOPA	2020	X		É gol, que felicidade? Educação, futebol profissional e corporeidade na Amazônia	Ana Hilguen Marinho Pereira



11-Pará UFPA	2020	X		Gestão escolar e inovação em espaço insular na Amazônia: uma análise a partir da realidade vivenciada em uma escola na ilha mosqueiro, Belém, para	Raimundo Nonato Leite de Oliveira
12-Pará UFPA	2020	X		Grandes projetos na Amazônia: migração e formação social de trabalhadores nordestinos	Pedro Valmir Guimaraes Souza
13-Pará UFPA	2020	X		A formação crítico-reflexiva de professores de inglês língua estrangeira em uma perspectiva intercultural na Amazônia	Kleby Miranda Costa
14- Amazonas UFAM	2020		X	Contribuições da teoria histórico-cultural e da atividade no ensino-aprendizagem de geografia: a compreensão do conceito de bioma Amazônia	Jones Godinho
15-Pará UFPA	2020		X	Juventude e educação do campo na Amazônia: representações sociais sobre o some e as implicações em seus projetos de vida	Debora Mate Mendes
16-Mato grosso UFMT	2020		X	Manifestações decoloniais no currículo da educação do/no campo escola nova sociedade – território de (re) existência	Rosangela Pereira de Oliveira
17-Amapá UNIFAP	2021	X		Lideranças indígenas no norte Amazônico: vozes do processo de formação	Igor Barros Santos

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

As produções, de uma forma geral, trazem questões relacionadas à formação continuada e direitos dos povos do campo; à formação inicial e sustentabilidade; desenvolvimento profissional; comunidades colaborativas; ao ensino de língua estrangeira (inglês) na Amazônia e em contextos interculturais; às culturas infantis e saberes culturais regionais, identidade e lugar; à Base Nacional Comum Curricular e os desafios às comunidades locais; à educação, memória e sujeitos do lugar; à educação ambiental, corporeidades amazônicas, realidades escolares locais, geografia e biomas amazônicos e vozes indígenas no processo de formação.

Sobre a categoria **ribeirinhos**, foram encontradas seis produções, sendo uma tese e cinco, dissertações. Grande parte dos trabalhos são produções de mestrados e doutorandos da UFPA, conforme exemplo do quadro 3.

Quadro 3 - Ribeirinhos

Descritores de busca/ termos pesquisados: Ribeirinhos				
UF/IES	Ano	Me	Do	Tema/autor
1-Pará UFPA	2020	X		Educação profissional e trabalho: um estudo das implicações do Pronatec na práxis de trabalho de jovens trabalhadores ribeirinhos do município de Abaetetuba-PA
2-Pará UFPA	2020	X		Cultura, identidade e memória: o livro didático de língua portuguesa no contexto escolar ribeirinho de Cametá - Pará
3-Pará UFPA	2020	X		Enquanto uma canoa desce o rio... Relação entre saberes culturais e práticas pedagógicas em uma escola na comunidade ribeirinha (ilha) do Combu, Belém do Pará
4-Pará UFPA	2020		X	Saberes do território educativo amazônico: perspectivas de uma epistemologia das águas na inter-relação ribeirinhos-quilombolas
5-Roraima UERR/IFRR	2019	X		Desafios e lutas para construção de um currículo para os povos ribeirinhos: uma análise crítica da realidade da educação no Baixo Rio Branco-RR
6-Amazonas UFAM	2010	X		E o rio entra na escola? Cotidiano de uma escola ribeirinha no município de Benjamin Constant/AM e os desafios da formação de seus professores

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Nessas produções, de forma geral, as discussões também focam em torno da questão da formação profissional como o Pronatec e suas implicações para jovens trabalhadores ribeirinhos; sobre memórias e livro didático; sobre saberes amazônicos, dos povos das águas; sobre culturas e práticas pedagógicas; sobre outras epistemologias e territórios ribeirinhos e quilombolas; sobre desafios curriculares para esses povos e cotidianos das escolas ribeirinhas.

No que se refere à categoria **Indígenas**, foram encontradas 25 produções, sendo duas teses e 23 dissertações. A maioria foi produzida pelos programas de Pós-Graduação da UERR/IFRR, seguida pela UFMT e UFAM, como podemos observar no quadro 4.

Quadro 4-Indígenas

Descritores de busca/ termos pesquisados: Indígenas				
UF	Ano	Me	Do	Tema/autor
1-Amazonas UFAM	2011	X		Licenciatura específica para formação de professores indígenas / turma mura: um balanço dos dois primeiros anos do curso à luz das expectativas dos alunos
2-Amazonas UFAM	2018	X		Formação de professores Yanomami
3-Amazonas UFAM	2015		X	Identidade docente e formação de professores Macuxi: do imaginário negativo à afirmação identitária na contemporaneidade
4-Pará UFPA	2015		X	“Escola itinerante”: uma experiência de formação de professores indígenas no estado do Pará, Brasil
5-Mato Grosso UFMT	2014	X		Xíxihra ikólóéhj: a criança na perspectiva da formação de professores indígenas gavião
6-Roraima UERR	2020	X		Programa Ação Saberes Indígenas na escola em Roraima
7-Mato Grosso UFMT	2020	X		Formação de professores indígenas: uma reflexão sobre a “ação saberes indígenas na escola” - rede UFMT/polo de Cuiabá
8-Pará UFPA	2020	X		A temática indígena à luz das práticas pedagógicas dos professores de história: Lei nº 11.645/2008, currículo e formação docente
09-Roraima UERR/IFRR	2020	X		Magistério indígena Tamí’kan: Centro Estadual de Formação dos Profissionais da Educação de Roraima – CEFORR: uma análise de conteúdo
10- Amazonas UFAM	2021	X		A formação de professores indígenas nas produções do PPGE/UFAM: o olhar do pesquisador sobre a prática docente indígena
11-Roraima UERR	2021	X		A literatura indígena na formação de uma memória coletiva intercultural no contexto dos anos iniciais do ensino fundamental em Roraima
12-Roraima UERR	2021	X		Deslocamentos de mulheres Makuxi e Wapichana: apropriação dos conhecimentos escolares e relações de gênero (Brasil-Guyana)
13-Roraima UERR	2022	X		O estado do conhecimento nas produções de TCCs do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena/ Insikiran (2015 a 2019)
14-Roraima UERR	2020	X		Da comunidade à universidade: os desafios dos discentes indígenas no curso de Direito na Universidade Federal de Roraima
15-Roraima UERR/IFRR	2020	X		A cultura indígena no currículo das escolas de Pacaraima – RR: atendendo a Lei 11.645/08
16-Roraima UERR/IFRR	2020	X		Atendimento de alunos indígenas em escolas localizadas em áreas rurais: uma análise da implementação da Lei 11.645/2008 na escola municipal Cristóvão Colombo.
17-Roraima UERR/IFRR	2020	X		Educação escolar Indígena: uma análise do documento curricular de Roraima- DCR
18-Mato	2020	X		Estudantes indígenas no curso de Pedagogia EaD UFMT:

Grosso UFMT				percursos e processos de formação
19-Mato Grosso UNEMAT	2021	X		A presença dos indígenas Haliti-Paresi nas escolas urbanas de Campo Novo do Parecis - MT
20-Roraima UERR	2022	X		Percepções de professores indígenas e não indígenas a respeito das crianças indígenas em escolas urbanas em Boa Vista-RR
21-Roraima UFRR	2022	X		A construção de saberes docentes dos professores indígenas do ensino fundamental II da comunidade Canauanim-RR
22-Roraima UFRR	2022	X		Inserção indígena em cursos regulares do ensino superior: considerações para o debate intercultural
23-Mato Grosso-UFMT	2022	X		A percepção de estudantes indígenas Xavante sobre processos de escolarização em escolas de Barra do Garças/MT
24-Tocantins UFT	2022	X		Estudantes indígenas da Universidade Federal do Tocantins no contexto da pandemia: desafios e perspectivas
25-Pará UFOPA	2022	X		Varadouros indígenas, percursos indigenistas: relatos e perspectivas sobre o isolamento dos povos indígenas

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

As pesquisas, de uma forma geral, problematizam e discutem as licenciaturas específicas; balanços, produções; estado do conhecimento das produções de egressos; formação de professores indígenas Macuxi, Wapichana, Yanomami, Xíxihra ikólóéhj (Gavião); identidade docente; construção de saberes docentes; saberes indígenas na escola; literatura indígena e memórias coletivas; deslocamento de mulheres indígenas; percepções de crianças indígenas em escolas urbanas por professores indígenas e não indígenas; a comunidade e a universidade; inserção de alunos indígenas em cursos superiores e interculturalidade.

Na categoria **Povos do campo**, encontramos treze trabalhos. Sendo uma tese e doze dissertações, como apresentado no quadro 5.

Quadro 5- Povos do Campo

Descritores de busca/ termos pesquisados: Povos do campo					
UF/IES	Ano	Me	Do	Tema	Autor
1-Pará UEPA	2010	X		A formação continuada de professores para o fortalecimento dos direitos dos povos do campo à educação: uma análise da experiência do programa saberes da terra da Amazônia paraense	Darinêz Lima Conceição
2-Pará UEPA	2013	X		Educação do campo e da floresta: um olhar sobre a formação docente no programa Asas da Floresta no Alto Juruá/AC	José Valderi Farias de Souza
3- Rondônia UNIR	2015	X		A formação dos professores que atuam na classe multisseriada na área rural no sul do Amazonas	Juliane Santos Dias
4-Mato Grosso UFMT	2020	X		Você sabe de onde eu venho? Um estudo da transição escolar de alunos do campo para a cidade	Keyla Sorene da Silva Rodrigues
5-Mato Grosso UFMT	2020	X		Produção de alimentos, educação do campo, educação em ciências: interações problematizadas em abordagem Freireana	Marcos Antonio Oliveira Rodrigues
6-Mato Grosso UFMT	2020	x		Educação do movimento dos trabalhadores sem-terra: um espaço de resistência à colonialidade e seus mecanismos de poder	Yohana Marcela Sierra Casallas
7- Amazonas UFAM	2020	X		A política de formação continuada de professores/as: um olhar no programa Mediotec Seduc-Am/Cetam no curso de agroecologia/educação do campo	Ivanilde de Lima Pinheiro
8-Mato grosso UNEMAT	2020	X		A docência camponesa na escola estadual madre Cristina e a pedagogia do trabalho associado camponês para a auto-organização da juventude do assentamento Roseli Nunes	Sandra Maria Soares
9-Mato Grosso UNEMAT	2020	X		Programa nacional de alimentação escolar – pnae: possibilidades e limites da participação da agricultura familiar na operacionalização do programa em uma escola da rede estadual de Tangará da serra – MT Cáceres – MT 2020	Elariana Cristina Pedroso Goncalves Barros
10-Mato Grosso UNEMAT	2020	X		Imagens-narrativas e crianças do campo: uma descontinuidade possível no cotidiano da escola e no currículo Cáceres-MT 2020	Eliziane Senes Alves

11-Mato Grosso UFMT	2020	X		Trabalho e educação: a escola Santana do taquaral e a produção da vida no campo	Luana da Cruz Burema
12- Amazonas UFAM	2021	X		Formação de professores/as da matemática e a educação do campo: documentos oficiais em análise (1996-2019)	Patrícia Barros Teixeira
13- Amazonas UFAM	2022		X	O fechamento de escolas no campo do Amazonas: subtração do direito à política de educação em Alvarães e Uarini	Iraci Carvalho Uchôa

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Os trabalhos com a categoria **Povos do campo**, tratam em síntese, de questões relacionadas à formação e às experiências dos professores do campo; à Escola da Terra; às Classes multisseriadas; às políticas de formação; à docência camponesa; à agricultura familiar; às imagens, narrativas e cotidianos escolares no/do campo; à relação trabalho e educação; ao destaque ao Movimento de Trabalhadores, resistências, lutas e poder; às questões de colonialidade; e, às preocupações com o fechamento de escolas do campo.

Na categoria **Quilombolas**, foram encontrados nove trabalhos, sendo duas teses de doutorado e sete dissertações, com prevalência dos estudos nos programas de Pós-Graduação da Pará e Mato Grosso, conforme se pode observar no quadro 6.

Quadro 6 - Quilombolas

Descritores de busca/ termos pesquisados: Quilombolas					
UF/IES	Ano	Me	Do	Tema	Autor
1- Acre UFAC	2019	X		Formação, docência e saberes culturais na escola quilombola 4 de março	Dinalva do Socorro Santos da Costa
2- Amazonas UFAM	2019	X		Trajetórias de professoras negras dos cursos de formação de professores da UFAC/campus Rio Branco	Sulamita Rosa da Silva
3-Mato Grosso UFMT	2018	X		Saberes e fazeres dos professores da área de linguagem, códigos e suas tecnologias, em uma escola do quilombo Itambé/MT	Silvana Alves dos Santos
4-Pará UEPA	2020	X		Educação, resistência e tradição oral: uma forma outra de	Shirley Cristina Amador



				ensinar e aprender na comunidade quilombola vila união/campina, Salvaterra-PA	Barbosa
5-Pará UFPA	2020	X		Práticas pedagógicas e os sentidos de negritude na educação escolar quilombola da E. M. E. F. ACHILLES RANIERI na comunidade de Matias no município de Cametá-PA	Fabio Coelho Pinto
6-Mato Grosso UNEMAT	2021	X		A educação infantil das crianças pantaneiras na comunidade quilombola do chumbo em Poconé – MT	Marileide do Carmo Amorim Arruda
7-Mato Grosso UFMT	2020		X	Oikos quilombola: arte-educação-ambiental e a poética do pau a pique	Carlos Roberto Ferreira
8-Pará UFPA	2020		X	Saberes do território educativo amazônico: perspectivas de uma epistemologia das águas na interrelação ribeirinhos-quilombolas	Maria Barbara da Costa Cardoso
9-Mato Grosso UFMT	2021	X		Do que você gosta? Epistemologias Chiquitanas das comunidades de nova fortuna e seringal, e sua relevância para uma educação intercultural	Stephany Giovanna Paipilla Fernández

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Nessa categoria, as preocupações também se direcionam à formação, docência e saberes; às trajetórias de professoras negras; à educação, resistência e tradição oral; às práticas pedagógicas e o sentido da negritude; à educação infantil e crianças pantaneiras na educação escolar quilombola; ao ókos- quilombola, arte e educação; e, aos saberes do território e epistemologias.

Cabe aqui mencionar e observar, que, consideramos que pode haver muitos trabalhos não catalogados e que não foram captados na busca realizada a partir dos descritores utilizados. Apontamos algumas razões para isso, como a falta de atualização dos sítios das universidades; a utilização de palavras-chave ou resumos das produções que nem sempre representam o que realmente o trabalho discute de fato, entre outros.

No que se relaciona ao baixo percentual de trabalhos encontrados, em especial no período de 2010 a 2019, analisamos que pode haver relação com a tardia implantação da Pós-Graduação nas Amazônias. Camargo (2022) e Camargo, A., Andrade, Camargo, L

(2023), observaram que grande parte dos programas *Stricto Sensu* nas universidades públicas foram implantados após 2010. De lá para cá, as universidades passaram pelo período de implantação, de consolidação, e, mesmo de construção de identidades desses cursos, mais voltadas à identidade amazônica, às Amazônias e seus povos. Um indicador neste sentido, é o aumento de trabalhos produzidos e encontrados no período de 2020 a 2022, em que constatamos um crescimento em mais de 400%, se comparado ao período de busca anterior (2010-2019).

Também levantamos a hipótese de que o aumento de interesse pelas questões amazônicas e a preocupação com a formação de professores (as) que atenda às demandas dos povos da região, pode ter relação com as políticas afirmativas e a entrada significativa de sujeitos indígenas, quilombolas, trabalhadores do campo, ribeirinhos, entre outras diversidades, nas universidades públicas e programas de pós-graduação, que passaram a dar maior visibilidade às suas realidades, antes não tão visíveis.

Todavia, só novas pesquisas poderão comprovar essa relação. O fato é que, no volume de produções como um todo, das 14 universidades públicas com programas de Pós Graduação *Stricto Sensu* na Amazônia Legal, embora percentualmente pequeno, as produções analisadas são significativas e nos dão elementos, dados e informações a respeito dessa diversidade, das preocupações com o direito das populações indígenas e tradicionais no que tange à formação de professores(as) com novas lentes capazes de enxergar a diversidade sociobiocultural e seu valor em todas as suas dimensões e matizes.

Observamos que a diversidade cultural dos povos indígenas e populações tradicionais abordados nas teses e dissertações, produzidas na formação de professores, nos Programas de Pós-Graduação em Educação, na Amazônia Legal, vão indicando alguns caminhos para o diálogo com as universidades e seus programas, para que repensem seus currículos e coloquem a diversidade sociobiocultural como campo de estudo na formação docente. Isso urge para que possamos combater, de alguma forma, a monocultura das mentes (Camargo, *et al.*, 2022) que avança sobre a diversidade; para conter as novas formas de colonialidade (Quijano, 2010) que ainda subjagam e submetem os povos amazônicos à supremacia de projetos coloniais; e, combater a destruição da

sociobiodiversidade e outras formas de saberes existentes na região. Tudo está interligado a educação e aos direitos dos povos indígenas e populações tradicionais.

Como apontado por Bensusan (2023), a Amazônia não é a regra. É exceção. A regra não tem sido a diversidade, mas sim a monocultura, a destruição, o deserto. “Sem a Amazônia caminharemos bem mais rápido para a transformação desse planeta, ainda convidativo para nossa espécie, em um mundo completamente hostil” (Bensusan, 2023, p. 7).

No ano de 2007, no Encontro Aberto Amazônia: Cooperação Internacional e o papel das instituições de Ensino e Pesquisa do Brasil da 59ª Reunião Anual da SBPC, que ocorreu em Belém, PA, o então Coordenador da Cátedra UNESCO de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Luís Aragon (2007, p. 1), apresentou os seguintes dados sobre a pesquisa científica na Amazônia e a relação com questões estratégicas nacionais e a soberania do conhecimento. Dizia ele que:

70% da produção científica sobre Amazônia não tem nenhum autor brasileiro, e dos 30% restantes, somente 25% tem um autor atuando na Amazônia. Essa situação permite pensar que se soberania significa domínio do conhecimento do ambiente onde se vive, o Brasil deteria somente 30% de sua soberania sobre a Amazônia (Aragón, 2007, p. 1).

Corroborando as preocupações de Aragon, Andrade e Camargo (2022, p. 49) têm também chamado a atenção para a importância estratégica da região amazônica brasileira e denunciado a posição periférica que a mesma continua ocupando tanto no cenário nacional, quanto no campo das políticas públicas, e por consequência, o pouco investimento que a mesma recebe no campo da ciência e tecnologia e, conseqüentemente, com reflexões na educação e formação de professores(as).

As autoras, somam-se às muitas vozes, como Aragon (2007), Porto Gonçalves (2001) Acselrad (2009), Loureiro (2009), Bensusan( 2023), só para citar alguns, que têm denunciado que a permanência de uma mentalidade colonial e colonizadora – fortemente presente ainda na região amazônica, e reproduzida não apenas pelos meios de comunicação de massa, mas também pelas elites regionais e por parte de técnicos do Estado e políticos, de um modelo econômico e, pouco civilizacional, que tem colocado a

região apenas como fornecedora e exportadora de matérias-primas, operando em desfavor dos povos das Amazônias (Loureiro, 2009) – colocando em risco todo o futuro da região, com consequências para o planeta como um todo.

É fato que os saberes sobre a sociobiodiversidade ainda pouco explorados pela história e no campo curricular, têm sido muito bem aproveitados pelas bioindústrias e indústrias farmacêuticas. Muitos estão sendo patenteado, à revelia da autorização dos povos detentores desses conhecimentos (Shiva 2001), enquanto se observa o avanço do projeto de monocultura das mentes (Camargo et al., 2022; Shiva, 2003) sobre as Amazônias e seus territórios, que ocultam a diversidade e promovem simplificações da vida.

A valorização desses saberes no campo curricular e de formação de professores(as), valoriza o diálogo e a aprendizagem entre culturas, garante o direito a justiça curricular e a equidade; o conhecimento intercultural ajuda a combater o racismo e o preconceito e a compreender o quanto podemos aprender com outras culturas e modos de estar no mundo; ajuda a conter a biopirataria, como também, a manter a soberania sobre os territórios amazônicos e proteger os saberes destes povos do patenteamento ilegal, dentre muitos outros aspectos.

#### 4 Considerações finais

Neste artigo procuramos discutir como os povos indígenas e as populações tradicionais são abordados nas teses e dissertações, produzidas nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, no campo da Educação e formação, no âmbito da Amazônia Legal. O período analisado foi de 2010-2022. Tivemos por objetivo conhecer os avanços que podem ser detectados no que se refere aos direitos educacionais das populações e dos sujeitos amazônicos no que trata a sociobiodiversidade e de serem educados sem ter que abandonar suas identidades culturais. Historicamente, até um período recente, esses povos tiveram esse direito negado nos currículos ofertados a eles.

Consideramos ser esse um debate urgente para que possamos não apenas cumprir com a efetivação desses direitos, mas também combater o supremacismo do colonizador, responsável pelo racismo, pelas visões estigmatizantes e estereotipadas,

cristalizadas socialmente a respeito dos povos indígenas e populações tradicionais (ribeirinhos, assentados, trabalhadores do campo, seringueiros, quilombolas, quebradeiras de coco, entre outros) nas Amazônias e no país como um todo. A permanência do desconhecimento sobre as Amazônias, as ideologias coloniais e colonizadoras e as falácias produzidas sobre seus povos, impede que se contenha o avanço dos projetos autoritários, de monocultura das mentes e da natureza, que avançam sobre a região que vem destruindo a diversidade em todas as suas formas e dimensões.

Ao longo do trabalho, procuramos argumentar sobre as Amazônias, suas diversidades, pluralidade e importância estratégica para o planeta como um todo, onde, por um lado, há a oferta de uma riquíssima sociobiodiversidade, a disposição para os diálogos curriculares e de formação de professores(as) que muitas vezes é desperdiçada e /ou não reconhecida valorizada, enquanto que, para a bioindústria e as indústrias farmacêuticas tem sido uma rica fonte de informação na produção de remédios e outros produtos. E, por outro, da fragilidade de seus ecossistemas, quando se quebra uma cadeia dessa diversidade. Discutimos a Amazônia como uma exceção, frente à regra que é a devastação, a desertificação, apoiada em estudos produzidos.

Tratou-se de uma pesquisa sobre o Estado de Conhecimento, de cunho qualitativo e crítico-analítico, em que foram analisadas 70 produções, sendo as dissertações a maioria dos trabalhos e constatamos preocupações vão além da formação de professores(as) que possam fazer cumprir os direitos constitucionais dos indígenas e populações tradicionais, no que se refere ao valor de suas culturas, saberes, identidades; mas também, em visibilizar as realidades locais, as lutas e especificidades de cada povo em destaque. Todavia, a grandeza das Amazônias, sua função estratégica e importância ainda não se explicitam significativamente nos trabalhos analisados, sendo raras as exceções.

Embora consideremos que há muitos avanços, verificamos a existência de tensões e disputas em torno de qual currículo, qual conhecimento, qual cultura serão oferecidos. Há um acirramento dos embates, frente ao avanço das reformas conservadoras e hegemônicas e dos projetos de monoculturas das mentes e da natureza, que tentam se

impor de todas as formas e, que colocam em risco toda a sociobiodiversidade existente, ainda tentando invisibilizar e ignorar os direitos dos povos amazônicos.

Dessa forma, compreendemos que ainda são muitos os desafios para a Educação Superior, em especial, para fraturar as visões distorcidas, cristalizadas e arraigadas no imaginário social, também dos professores(as), a respeito dos povos amazônicos. Faz-se necessário fazer um enfrentamento e combater a visão hierárquica e cultural do supremacismo europeu, ainda presente nos currículos como um tudo. A produção analisada, de alguma forma, vem abrindo caminhos e provocando algumas fraturas nesses muros antidialógicos.

## Referências

ARAGÓN, Luiz E. Encontro Aberto Amazônia: Cooperação internacional e o papel das instituições de ensino e pesquisa do Brasil. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 59., jul. 2007, Belém. **Anais [...]**. [s.l.] 2007. p. 09-16. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/59ra/pdf/aragon.pdf>. Acesso em 03 de dezembro de 2023.

ALBAGLI, Sarita. Palestra magna “interesse global no saber local: a geopolítica da biodiversidade”. In: BELAS, Carla Arouca; MOREIRA, Eliane; BARROS, Benedita (orgs.). **Anais do Seminário Saber local/ Interesse Global: propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimento tradicional na Amazônia**. Belém: CESUPA: MPEG, 2003. p. 17-27.



ALBERT, Bruce. O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (orgs). *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p.239-276.

ACSELRAD, Henri *et al.* **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ANDRADE, Antonia Costa; CAMARGO, Leila Maria. O contexto da pesquisa em educação na Amazônia: Aspectos históricos, políticos, socioeconômicos. In: CAMARGO, Arlete Maria Monte de; ANDRADE, Antonia Costa; CAMARGO, Leila Maria (orgs.). **A constituição do campo científico sobre formação de professores no contexto amazônico**. Curitiba: CRV, 2022. p.35-44.

BENSUSAN, Nurit. **Amazônia: e eu com isso?** São Paulo: Peiropólis, 2023.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; LEITE, Ângela Maria Araújo. Formação de professores indígenas: a universidade como território de resistência? *Runa*, Buenos Aires, v. 43, n. 1, p. 57-75, 2022. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/runa/v43n1/1851-9628-run-a43-01-57.pdf>. Acesso em: 18 out. 2022.

CAMARGO, Arlete Maria Monte de; ANDRADE, Antonia Costa; CAMARGO, Leila Maria (orgs.). **A constituição do campo científico sobre formação de professores no contexto amazônico**. Curitiba: CRV, 2022.

CAMARGO, Arlete Maria Monte de; ANDRADE, Antonia Costa; CAMARGO, Leila Maria. A formação docente na Pós-Graduação nas Amazônias brasileiras é de quem? Alguns desafios curriculares e formativos. *Currículo sem Fronteiras*, [s.l.], v. 22, e2184, 2022. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol22articles/2184-camargo-andrade-camargo.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2024.

CAMARGO, Leila Maria *et al.* Diversidade sociocultural e currículo nas Amazônias: desafios no enfrentamento à monocultura das mentes. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 238-261, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/54813>. Acesso em: 5 jun. 2022.

CAMARGO, Leila Maria; CASALI, Alípio Márcio. Fronteiras da República em Roraima: Conflitos e desafios curriculares. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 61, p. 168-182, maio 2020. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/49606/33612>. Acesso em: 26 jun. 2020.

CRUZ PRADO, Francisco Gutiérrez. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB: Hucitec, 2008.

FIGUEIRÊDO, Arthane Menezes, CAMARGO, Leila Maria, HAGE, Salomao Antonio Mufarrej, *Direito à Educação e Currículos em Disputa nas Amazônia: defesa da educação pública com a garantia da diversidade*. **Currículo sem Fronteiras**, [s.l.], v. 22, e2180, 2022. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol22articles/2180-figueiredo-camargo-hage.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2024.

IBGE. **Censo demográfico de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 10 out. 2022.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

LEONEL, Mauro. O uso do fogo: o manejo indígena e a piromania da monocultura. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 14, n. 40, p. 231-250, set./dez. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142000000300019>. Acesso em: 24 nov. 2021.

LOUREIRO, Violeta R. **A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

MATHIAS, Fernando. As encruzilhadas das modernidades: da luta dos povos indígenas no Brasil ao destino da CDB. In: MATHIAS, Fernando, Novion (orgs.). **As encruzilhadas das modernidades: debates sobre biodiversidade, tecnociência e cultura**. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2006. p. 13-18.

MARTINEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.

MOROSINI, Marília; KOHLS-SANTOS, Pricila; BITTENCOURT, Zoraia (orgs.). **Estado do conhecimento: teoria e prática**. Curitiba: Editora CRV, 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Valter. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

POSEY, Darrell A. Consequências ecológicas da presença do Índio Kayapó na Amazônia: recursos antropológicos e direitos tradicionais. In: CAVALCANTI, Clovis (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003. p. 177-194.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 73-118.

RIFKIN, Jeremy. **O Século da Biotecnologia: a valorização dos genes e a reconstrução do mundo**. São Paulo: Makron Books, 1999.

SANTOS, Laymert Garcia dos. A encruzilhada da política ambiental brasileira. In: D'INCÃO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (orgs.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 135-154.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria**: a pilhagem da natureza. Petrópolis: Vozes, 2001.

TORRES SANTOMÉ, Jurjo. **Currículo escolar e justiça social**: o cavalo de Tróia da educação. Porto Alegre: Penso, 2013.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. Brasília, DF: Unesco, 2001.

Disponível em:

<https://observatoriodadiversidade.org.br/leitura/declaracao-universal-sobre-a-diversidade-cultural>. Acesso em: 9 jun. 2021.

WOLF, Eric C. **A Europa e os povos sem história**. São Paulo: Editora da USP, 2005.

Recebido em: 19/09/2023

Aprovado em: 12/04/2024

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC  
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Revista Linhas

Volume 25 - Número 58 - Ano 2024

revistalinhas@gmail.com